

A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos

A Governação das Sociedades Anónimas nos Sistemas Jurídicos Lusófonos

Paulo Câmara ▪ Bruno Ferreira ▪ Sofia Vale
Ary Oswaldo Mattos Filho ▪ Juliana Bonacorsi de Palma
Raquel Spencer Medina ▪ José Espírito Santo Leitão
Telmo Ferreira ▪ Rui de Oliveira Neves
Francisco Mendes Correia ▪ Gabriela Figueiredo Dias
Ana Rita Almeida Campos ▪ Hugo Moredo Santos
Duarte Schmidt Lino ▪ Bruno Xavier de Pina

2013

A GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÓNIMAS NOS SISTEMAS JURÍDICOS LUSÓFONOS

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

??????????

Outubro, 2013

DEPÓSITO LEGAL

000000/13

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

CÂMARA, Paulo, 1967-

A Governação de Sociedades Anónimas nos Sistema
Jurídicos Lusófonos. – (Governance Lab)

ISBN 978-972-40-5354-7

CDU 347

APRESENTAÇÃO

Dedica-se o presente volume a estudar a governação das sociedades anónimas nos países de língua oficial Portuguesa, reunindo exposições referentes a Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe.

O objetivo principal desta investigação é o de apurar até que ponto a comunidade linguística determina uma convergência de soluções relacionadas com o governo de sociedades anónimas. Com vista a atingir essa finalidade, o livro organiza-se em torno de uma matriz comum de temas, que são percorridos por especialistas nas sete jurisdições lusófonas aqui tidas como referência. Em cada capítulo são examinados, sucessivamente, os traços essenciais das sociedades anónimas, os modelos de governo societário (estrutura orgânica e mitigação de conflitos de interesses), os acionistas (direitos sociais, abuso de maioria e de minoria, divulgação de participações sociais, mercado de controlo acionista e negócios com a sociedade), a administração (estrutura, incompatibilidades e independência, designação, substituição e destituição, titulares executivos e não executivos, remuneração, prestação de contas e negócios com a sociedade) e a fiscalização (estrutura, incompatibilidades e independência, designação, substituição e destituição, gestão de riscos, controlo interno e auditoria interna, remuneração, controlo de negócios com partes relacionadas e auditoria). Esta sequência é antecedida por um capítulo introdutório, que procura detetar tendências comuns e cuidar de pontos transversais.

Este volume é organizado pelo Governance Lab – grupo dedicado à investigação jurídica e à reflexão crítica sobre temas relacionados com o governo das organizações, sejam estas privadas ou públicas, procurando, desta forma, contribuir activamente para o progresso das práticas, das recomendações e das regras jurídicas aqui envolvidas.

Trata-se da sexta publicação do Governance Lab, precedida por *Código das Sociedades Comerciais e o Governo das Sociedades* (2008), *Conflito de Interesses no Direito*

Societário e Financeiro. Um balanço a partir da crise financeira (2010), *O Governo das Organizações. A vocação expansiva do Corporate Governance* (2011), *Código de Governo das Sociedades Anotado* (2012) e *O Governo da Administração Pública* (2013), todos editados pela Almedina.

À semelhança do sucedido nas obras referidas, cada contributo para o presente livro é individual, e – embora tenha pressuposto, ao longo da sua preparação, diálogo e troca colectiva de ideias – não vincula os demais co-autores, nem as instituições a que uns e outros pertençam ou a que estejam associados.

O Governance Lab assume-se como um projeto independente e sem finalidade lucrativa, revertendo as receitas das suas iniciativas para instituições de solidariedade social. As receitas provenientes da venda deste volume serão exclusivamente destinadas ao Hospital Carmelo, unidade sanitária de referência para doentes de Tuberculose e Sida, situado na cidade de Chokwe (Moçambique) e gerido e administrado pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

As iniciativas e as reflexões dos autores do Governance Lab são divulgadas e sujeitam-se a comentários através do sítio da Internet disponível em www.governancelab.org.

Julho de 2013